

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

ROSÂNGELA MARA ZOLKIEWYCZ



**A VISÃO DOS PROFESSORES SOBRE O PACTO NACIONAL NA IDADE
CERTA**

Curitiba, 2014

ROSÂNGELA MARA ZOLKIEWYCZ

**A VISAO DOS PROFESSORES SOBRE O PACTO NACIONAL NA IDADE
CERTA**

Texto apresentado como requisito para
obtenção de grau na pós-graduação em
organização do trabalho pedagógico no
setor de educação na Universidade
Federal do Paraná

Orientadora: Adriane Knoblauch

Curitiba, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	4
1. FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E O PNAIC.....	6
1.1. PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.....	15
2. VISÃO DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO AO PNAIC.....	19
3. CONCLUSÃO.....	21
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Muito se discute sobre alfabetização em espaços pedagógicos, ao longo dos anos tem se buscado de diversas formas alcançarem um padrão de ensino que venha colaborar para uma aprendizagem significativa. O trabalho que se apresenta a seguir tem como objetivo geral analisar o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Um repensar do educador nas classes de alfabetização, onde ele mesmo refletirá sua prática, podendo reconstruí-la.

Assim, por meio desta análise busca-se compreender melhor o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), e ver qual será a contribuição que ele dará para amenizar um grave problema que é o fracasso escolar que reflete altos índices de analfabetismo e a produção de analfabetos funcionais.

O sistema de ensino público apresenta falhas antigas, principalmente nas séries iniciais, ainda hoje enfrentamos problemas discutidos há décadas, como os elevados números de evasão escolar e analfabetismo.

As crianças estão ingressando cada vez mais cedo no 1º ano escolar e o professor tem que lidar com essa transição do CMEI (centro municipal de educação infantil) para o ensino fundamental, levando em consideração que no CMEI, há uma organização do tempo escolar como a rotina, atividades lúdicas e com sala com disposição para o brincar. Questiona-se a postura que esse professor deve ter diante dessa mudança que, para o aluno é radical, é necessário um processo relacional e contextual, e envolve relações entre pessoas e processos que produzem. O professor alfabetizador precisa de um suporte mais individualizado e mais específico com um olhar voltado à 1ª etapa do ciclo. Para facilitar essa adaptação e para que a aprendizagem ocorra de maneira natural e tranquila, fazendo valer-se daquilo que sua emoção, sensação e experiências imediatas lhe ensinam, o trabalho educativo deve ter como centro a educação da sensibilidade, da expressão das linguagens e constituição do conhecimento.

O desafio que se coloca nos primeiros anos do Ensino Fundamental é o de conciliar esses dois processos, o primeiro é adaptação da criança ao primeiro ano, e o segundo processo é o professor conciliar a afetividade com a aprendizagem, assegurando também ao aluno à apropriação do sistema alfabético ortográfico. E para isso, o professor alfabetizador necessita de suporte e horas a mais de estudo. Ao se pensar no sistema de ensino atuante em nossa sociedade, questiona-se se o

mesmo está voltado a atender as expectativas da classe de trabalhadores, possibilitando a estes o acesso ao conhecimento sistematizado.

Há uma preocupação com a qualidade de ensino sendo a alfabetização a base para o desenvolvimento do conhecimento sistematizado, exigindo do professor uma formação adequada e completa.

Com envolvimento de todos os profissionais da área de educação que trabalham com o ciclo I, pode-se alcançar uma alfabetização de qualidade, para isso é necessário fundamentação do trabalho e fortalecimento da identidade desse alfabetizador. Essas ações devem atingir os alunos e suas famílias consolidando suas capacidades em níveis crescentes de autonomia.

Entende-se que a alfabetização é um processo de apropriação do sistema de escrita que permite o aluno a ler e a escrever com autonomia. Já o letramento é a participação e integração do aluno na cultura escrita. No entanto, uma ação pedagógica de qualidade é aquela que administra suas ações de maneira articulada entre a alfabetização e letramento. (SOARES, ANO; MEC/SEB, 2008).

Desde 2013, o MEC vem desenvolvendo uma formação continuada com ênfase nos processos de alfabetização e letramento, por meio do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). O interesse deste trabalho é analisar a visão de um grupo de professoras participantes do PNAIC sobre o curso, como se referem a ele, os motivos por terem cursado, qual avaliação fazem dele, entre outras questões.

Foram entregues questionários para vinte professores, a fim de coletar dados para objeto de estudo, no segundo semestre de 2013. Porém apenas seis professores devolveram os questionários.

Esta monografia está organizada da seguinte forma: o capítulo I discute o Pacto de Alfabetização na Idade Certa, analisando quais são os benefícios que esse projeto traz para a educação básica. Tendo em vista o pouco tempo para o desenvolvimento desta monografia, foi utilizado o discurso dos documentos oficiais para a análise em contraponto com a teoria marxista de formação humana. O capítulo II mostra a análise feita com as professoras que cursaram o PNAIC.

1. Capítulo I – FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E O PNAIC

O pacto nacional pela alfabetização na idade certa é um acordo formal assumido pelo Governo Federal, estados, municípios e entidades para firmar o compromisso de alfabetizar crianças até, no máximo, oito anos de idade, ao final do ciclo de alfabetização. (BRASIL, 2012).

Durante muito tempo observamos que muitas crianças concluem o ensino fundamental analfabetas. Assim, a proposta do pacto é que crianças sejam alfabetizadas ao final do ciclo I, para isso é necessário que haja uma força em comum entre os profissionais da educação, e uma ação integrada entre professores, pedagogos e agentes educadores. Sendo assim o principal objetivo do PNAIC é o aperfeiçoamento da formação de professores alfabetizadores, tendo o apoio do MEC, sendo que o Pacto sustenta-se em quatro eixos principais:

- Formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo;
- materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais;
- avaliações sistemáticas;
- gestão, controle social e mobilização.

Dessas ações mencionadas, a mais trabalhada é a formação de professores, sendo intensificada com aulas quinzenais. No município de Curitiba, há a obrigatoriedade de participação dos professores que fazem parte do ciclo I sendo o primeiro, segundo e terceiro anos. A questão aqui a ser discutida é, cabe ao professor à responsabilidade do êxito ou fracasso escolar? Um curso elaborado para professores do Brasil todo tendo como método único, seria uma receita de sucesso? E essa modalidade baseada em ciclos, caberia nos municípios em que ainda há seriação?

Assim ao se pensar no sistema de ensino atuante em nossa sociedade, questiona-se se está voltado a atender as expectativas da classe de trabalhadores, possibilitando a estes o acesso ao conhecimento sistematizado. E ainda, há uma preocupação com a qualidade de ensino, sendo a alfabetização a base para o desenvolvimento do conhecimento sistematizado, exigindo do professor uma formação adequada e completa.

Para que o processo pedagógico de alfabetização tenha êxito, outro fator importante é o envolvimento dos profissionais com a sua prática, bem como a busca por conhecimentos para sua atualização de acordo com a concepção de educação. A desvalorização e precarização de seu trabalho e o fato de ter que dobrar sua jornada de trabalho faz com que o professor fique estagnado e não busque aperfeiçoar seus estudos.

Dessa forma a qualidade de ensino não pode ser atribuída somente à atuação do professor e também não se pode ficar reduzida à força de vontade do professor e a intenção do “querer fazer”. Nos processos de trabalho, os agentes devem ser qualificados, capazes de utilizar bem, segundo as regras técnicas próprias dos instrumentos de trabalho. Segundo a tese marxista, nas forças produtivas em que figuram os agentes do processo de trabalho, o elemento determinante é constituído não por esses homens, mas pelos meios de produção.

Portanto devemos analisar que, quem oferece os cursos de formação continuada é a mantenedora, dessa forma então, o que é realmente de interesse que o professor possa reproduzir ao seu aluno? O professor tem a responsabilidade sobre os seus, porém para uma educação emancipadora é necessário suprir a alienação, assim ao participar desses cursos de capacitação, o professor deve manter sua postura, enfrentar o real e o racional, transformando a realidade.

O proletariado não pode emancipar-se sem passar separar teoria da práxis, é necessário que o professor tenha consciência de sua situação e de suas condições, para que ele obtenha consciência filosófica, pois a filosofia e o trabalho se encontram numa mesma unidade um completa o outro, o professor não pode emancipar-se sem a filosofia, pois é como um instrumento, a arma espiritual e a teoria de sua libertação. (VAZQUEZ, 1968, p. 210)

Desta forma, questiona-se: os cursos de capacitação oferecidos aos professores suprem os interesses de quem?

O homem como ser social, transforma o mundo natural e faz desse o mundo humano. O educador precisa ser educado e distinguir a sociedade, a qual está dividida em duas partes, classe dominante e a classe dominada, uma das quais se encontra colocada acima da outra.

Educar é transformar a humanidade, mas quem são esses educadores? A sociedade permite ser moldada para que os homens possam viver como seres racionais de acordo com sua natureza. Assim o fato da divisão da sociedade entre o

educador e o educando, levando em conta que o educador é visto como o detentor do conhecimento e o educando sujeito de uma atividade educativa, o Educador não consegue transformar a si mesmo, mas tem como função transformar a humanidade.

Com toda a discussão de conceitos entre alfabetização, letramento e o trabalho desse docente alfabetizador, notou-se uma necessidade de formação continuada para os professores que atuam no ciclo I. Com isso surgiu uma iniciativa do governo federal em realizar o curso PNAIC (pacto nacional pela alfabetização na idade certa) para que haja uma capacitação verdadeira desses profissionais, a fim de fechar as lacunas existentes nesse trabalho.

Partindo do ponto em que a Alfabetização é o domínio da escrita pelo indivíduo temos que entender seu significado no sentido real. “É em seu sentido próprio, específico processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita.” (Soares 2003, p. 15).

Por esse motivo faz-se necessário o reconhecimento da alfabetização como um processo sistemático de ensino, pois nota-se uma confusão sobre a habilidade de produzir e codificar símbolos. Por sua importância no contexto social a alfabetização tem sido discutida por muito tempo, e talvez diariamente, por ser de suma importância na vida qualquer indivíduo, pois o ato de ler e escrever vem da compreensão da leitura do mundo, pois fazemos isso antes de ler as palavras.

O professor tem o desafio de proporcionar a construção do conhecimento do aluno, cabe a esse professor a conscientização de uma capacitação consistente, e atuante nas práticas sociais, sendo o professor que irá trazer a construção do saber mais próxima da realidade do aluno, e assim o indivíduo amplia sua visão de mundo e compreensão da realidade.

Deparamo-nos hoje com muitos problemas na educação, o principal é profissional não capacitado para lidar com as novas demandas culturais, tecnológicas e sociais e assim levando ao desencontro na sua prática pedagógica e ao interesse do aluno pela sala de aula. Neste cenário, o educador tem a necessidade de rever seus conceitos e promover uma mudança para as atuais necessidades da realidade em si, para que ele não se restrinja a tempo e espaços pedagógicos. O educador deve procurar uma educação de qualidade, libertadora e que não seja tradicionalista onde dê ao indivíduo a liberdade de trilhar o caminho que possa aprimorar a construção do seu conhecimento.

A formação de professores está interligada com desigualdades no sistema educacional dentro do contexto histórico, social, político, econômico e cultural que acaba por beneficiar o interesse de uma sociedade de forma geral, essa mesma sociedade na qual o educador está inserido.

Ao pensar um pouco no passado da educação brasileira, com a descoberta do Brasil a Igreja Católica junto com colonizadores impôs o catolicismo e ideologia católica aos indígenas e negros africanos impondo seus valores, cultura, crenças e manter obediência que era pregada pela religião aos colonizadores.

Com os Jesuítas chefiados pelo Padre Manoel de Nóbrega veio o plano de ensino que atendia a primeira política educacional para os filhos dos indígenas e para os filhos de colonos portugueses. Nesse período de colonização a prática exercida pelo cristianismo fazia com que a escola tivesse um caráter mais pedagógico e formativo assim à organização e a ação educativa dos Padres vinham da Europa.

No entanto, essa educação oferecida pelos Padres Jesuítas estava fora da realidade em que vivia a colônia, haja vista que não havia preocupação com a consciência crítica, ou qualquer preparação para o trabalho, denominada uma educação de elite ou alienada.

Com o Marquês Pombal e a expulsão dos Jesuítas do Brasil e de Portugal e com as novas reformas tentava-se reverter à concentração do poder nas mãos da Igreja. Com isso houve o fechamento dos colégios Jesuítas, mas alguns anos se passaram e nada se fez pelo sistema de ensino.

Assim vimos que o Marquês de Pombal era contra as ideias religiosas, pois suas ideias inspiradas no Iluminismo e assim uma nova versão de educação pública.

Nessa época criou-se o cargo de Diretor Geral dos Estudos, era proibido o exercício da profissão de professor sem a licença do Diretor Geral de Estudos, nesse momento histórico do País foi garantido uma educação pública direcionada a formação de quadros de serviços do Estado.

Assim associou-se o termo “leigo” a professores que não tinham conhecimento em determinada didática. Enfim a educação teve características e valores de uma sociedade capitalista, o professor afasta de seus alunos assuntos do seu contexto social, histórico e político, sem valorizar ou polemizar suas próprias experiências com isso cabe ao homem reproduzir e manter a ordem social vigente.

Na época dos Jesuítas que se preocupavam com a formação de mestres, formavam através de crenças, saberes e valores, desenvolvendo assim atitudes, assim essa ação pedagógica dos Jesuítas prejudicou as ideias Iluministas que pregava autonomia na Educação e na formação de professores no século XVIII.

Com a chegada da família real ao Brasil, iniciou-se o Ensino Superior e começava com autonomia onde terminou na independência política, porém essa forma de educação era para poucos, apenas para a aristocracia e nobres da corte. Com o Império do Brasil o Ensino Superior fica muito valorizado e assim se propagando pelo país que é estabelecido pelos grupos dominantes; “é verdade que o projeto de constituição, discutido pela assembléia legislativa de 1823, dispunha em seu artigo 250, que: Haverá no Império, Universidades no mais apropriados locais” (Souza 1997:19). Assim, por ser de privilégio de alguns, o Ensino Superior foi implantado em grandes centros econômicos.

Porém, logo foi decretada uma nova ordem política educacional, baseada na Revolução Francesa, e assim começa-se a falar de Educação Popular, assim a formação de professores em escolas normais começa em 1930, nesse período houve um grande número de escolas normais, mas não havia diretrizes estabelecidas pelo governo então cada região do Brasil organizava á sua maneira, assim aumentou o número de professores “leigos”, nesse contexto houve mais rigor por parte do governo o ensino normal passou a ser o significado de formação docente, tendo em vista a importância de um saber social legitimado. O profissional do magistério era controlado pelo Estado, pois a escolarização em massa reproduzia ações e valores necessários à sociedade e não uma educação que lhes desse o direito de pensar. E assim continuava como no início: o professor era técnico e repassava conhecimento produzido por outros, não havia função de um ser pensante ou agente de transformação social. Portanto, durante o Império as escolas normais não tiveram grandes expressões de uma atitude para que houvesse melhora na educação, pois havia duas classes a dominante onde tinham escolas secundárias, acadêmicas e superiores e a educação para o povo escola primaria e profissional.

No período Republicano surge movimento para reforma pedagógica e assim decretou-se a separação da Igreja e Estado, extinção do Ensino Religiosa nas escolas, porém essas reformas tinham um objetivo administrativo.

Em 1890 houve mais uma reforma a Benjamim Constant relacionada às ideologias de Augusto Comte tinha como princípio a gratuidade e a liberdade da escola primária e assim substituindo o ensino acadêmico pelo enciclopédico e organizando assim o ensino como primário, normal secundário, e criado o centro de aperfeiçoamento do magistério pedagogium, porém essas reformas não vingavam, pois ameaçavam a estrutura criada pela classe aristocrata rural.

Em 1901 outra reforma dessa vez a Epiácio Pessoa inicia-se a estruturação do ensino secundário nesse momento o diploma se torna um status, e acesso rápido ao mercado de trabalho “Bacharelado” Brasil formado por doutores e analfabetos, nessa mesma época havia um movimento renovador em São Paulo baseados nos moldes norte americano e com ideias positivistas, o ensino primário e normal era influenciados pela pedagogia americana”.

E assim a formação profissional do professor incluía no 4 ano do curso normal a disciplina de formação pedagógica, pedagogia e direção de escola uma formação parecida e com conceitos da pedagogia européia, que se parecia com a concepção da pedagogia católica, que defendia uma educação de caráter normativo, a escola respondia as necessidades da sociedade, ou seja, políticas da sociedade capitalista.

A reforma Rivadávia Correia deu uma liberdade aos estabelecimentos de ensino e tornou a frequência facultativa nessa época houve um falta de compromisso do governo em relação ao ensino, muitas escolas particulares foram criadas e assim havendo competitividade, por um lado houve avanços no ensino superior, por outro lado ficavam comprometidas aos interesses econômicos as universidades localizavam-se em grandes centros econômicos deixando muitas áreas desfavorecidas.

Em 1915 veio à reforma Carlos Maximiliano criou algumas medidas para que a época do liberalismo educacional ficasse para trás, medidas como: vestibular rigoroso, restrições quanto a equiparações e proibições ao reconhecimento das escolas particulares. “A reforma Carlos Maximiliano representou uma contra marcha, reoficializou o ensino, reformou o colégio Dom Pedro II e regulamentou o ingresso nas escolas superiores.” (Romanelli 1999, p.42). E assim veio átona toda a precariedade do ensino, porém começa a critica sobre o rigor do vestibular.

A reforma Rocha Vaz veio em 1925, buscou-se então um acordo entre a União e os Estados, com objetivo de promover a educação primária. Em meio às

reformas o sistema educacional estava atrasado em relação ao processo de industrialização e urbanização veio então à pressão social que intensificou a questão educacional tendo o analfabetismo com uma doença.

Nas décadas a seguir houve inúmeras reformas todas com o objetivo de tornar a educação pública e de qualidade, mas como todas as reformas foram de forma fragmentada e tinham que obedecer aos interesses das classes dominantes e com isso as contradições políticas, sociais e econômicas que ditavam as regras no país.

Ao final da Primeira Guerra Mundial vieram outras transformações culturais, políticas, econômicas. Agora a burguesia latifundiária passou para burguesia industrial, então a educação esta voltada a qualificar mão de obra, esse era o objetivo da educação. Os brasileiros passam a copiar a cultura americana, seus filmes e livros. O que acaba refletindo na pedagogia também, profissionais da educação preocupados com esse contexto passam a discutir sobre o sistema educacional com a sociedade civil trazendo assim Associação Brasileira de Educação. Veio à revolução de 1930, com isso instalou-se o Capitalismo Industrial no Brasil, e nova mudança no sistema de ensino, pois o modelo econômico exigia essa mudança assim ocorreu a quebra do modelo educacional dualista em que o ensino primário vinculado as escolas profissionalizante para os pobres e o secundário vinculado ao ensino superior para os ricos. Como a expansão capitalista não se fez por todo o território nacional assim o desenvolvimento escolar ficou limitado as áreas onde se intensificou as relações produções capitalistas, que acompanhava o processo de urbanização e de industrialização.

Após a revolução a educação começou a ser vista como um problema de ordem nacional e foi criado o Ministério da Educação e Saúde, começa então uma discussão geral sobre o sistema de ensino, e os educadores mostram sua insatisfação com a historia da Educação brasileira, surge então o Movimento de Renovação Escolar nesse contexto ideias de reconstrução educacional para o desenvolvimento social e econômico do país, com base nas ideias da pedagogia nova.

Veio a reforma de 1931 Francisco Campos através do Decreto Lei 19. 851 organiza o Ensino Superior tratando assim do corpo docente no art. 48: “será de professores catedráticos; auxiliares de ensino; docentes livres; professores

contratados e em outras categorias de acordo com a natureza peculiar do ensino e de cada instituto.”.

Modificou também o Ensino Secundário dividindo em duas etapas o primeiro em fundamental com duração de 5 anos e a segunda etapa com duração de 2 anos tendo especializações profissionais. O Parâmetro usado para que todas as escolas se equiparassem seria o Colégio Dom Pedro II, sendo assim as escolas de formação de professores continuariam com as mesmas estruturas das reformas anteriores.

O decreto 212432 do art. 48 aponta: “(...) o regulamento da Faculdade de Educação, Ciências e Letras discriminará quais as disciplinas do curso complementar que serão exigidas para matrícula de seus cursos”.

Assim o Departamento Nacional de Ensino ficaria responsável pela inscrição de candidatos ao cargo de professor e daria registro para que lecionassem a disciplina do curso secundário.

Em 1932 alguns intelectuais entre eles Anizio Teixeira lançam o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova onde colocavam teoricamente suas propostas para o povo e para o governo, demonstrando claramente a necessidade da construção de um sistema nacional de educação, e propondo a criação da escola de professores. E assim no Instituto de Educação do Rio de Janeiro e incorporada a Universidade do Distrito Federal.

A Pedagogia como ciência sendo diferente da abstrata e filosófica que até então prevalecia, assim começavam objetivos, métodos de ensino influenciados por movimentos sociais, políticos e de desenvolvimento da biologia, psicologia e sociologia.

Em 1939, o curso de pedagogia formava bacharéis denominados de “técnicos em educação”“. A mesma época, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, foi instituída entre outros, os cursos de sociologia e psicologia, que mais tarde passariam a realizar estudos e pesquisas voltados à educação, mais especificamente, à aprendizagem, no caso da psicologia, e à escola como instituição social, no caso da sociologia. Esses estudos dariam origem a outros ramos dessa área, aplicada à educação. Que em outros países já recebiam a denominação de “ciências da educação. (Pimenta 2000; p. 31).

O termo usado agora para falar sobre estudos relacionados à Formação de Professores é “Estudos Pedagógicos”, com o Manifesto Pioneiro da Educação Nova a educação é vista como um problema social e assim sendo analisada em diversos aspectos como social, filosófico e psicológico.

O Manifesto sugere em que deva consistir a ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação. (Romanelli 1999; p.147).

Segundo o Manifesto a Educação é um direito Humano, portanto sua obrigatoriedade e gratuidade seria uma transformação social a medida que a educação se torne uma grande necessidade social e econômica exterminaria os privilégios de uma classe dominante que oprime a classe trabalhadora.

Com o golpe militar de 1937 a política controla as discussões no país e assim determinando nova reestruturação da educação para corresponder à nova realidade do país. Nesse mesmo ano Getúlio Vargas cria a Universidade do Brasil que pelo decreto lei 1190, chama-se Faculdade Nacional de Filosofia, que se compunha em quatro seções: filosofia, letras, ciência, pedagogia incluindo didática.

Seria a primeira vez que a legislação abrangia um curso específico de pedagogia, que formaria o licenciado para o magistério em cursos normais, além de oferecer o bacharelado para o exercício para os cargos técnicos de educação. Porém, a autora afirma que ao analisar o referido decreto constata a inoportunidade da formação dos técnicos em educação, haja vista que naquela época, as funções de planejamento, organização e execução do processo educacional ainda não alcançavam níveis de objetiva especialização. (Pimenta, 2000 p. 95).

Pimenta (2000, p 89) ressalta também “as resistências dos legisladores em admitir a formação em nível superior tanto de professores de curso normal quanto de especialistas para tarefas administrativas no sistema de ensino (inspetores, diretores de escola).”

O curso de pedagogia tem um currículo impreciso, e assim observa-se que a formação dos técnicos em educação esta relacionada pelos escola novistas que coloca o pedagogo para cuidar dos métodos e técnicas de ensinar. A formação do professor era técnica, a concepção epistemológica da prática era positivista e prevaleceu todo século XX, nessa época por volta de 1939 os cursos de pedagogia formavam bacharéis ou técnicos em educação e Faculdade de Filosofia Ciência e Letras da Universidade de São Paulo instituía os cursos de sociologia e psicologia, que mais tarde esses cursos inclinaram suas pesquisas e estudos para área de educação, esses estudos deram origem a Ciências da Educação.

Veio ditadura e com ela a lei orgânica de Gustavo Capanema outra reforma a qual foi emitida vários decretos onde o objetivo principal era formar mão de obra

para suprir o mercado de trabalho. Pra isso o governo reformula o ensino primário, secundário, comercial, industrial e o normal, e assim diferenciando de maneira discreta a educação para a elite e para a classe trabalhadora, com isso surge o Ensino Profissionalizante que vinha paralelo ao Ensino Público e atender de maneira imediata o mercado de trabalho.

De acordo com essa lei os cursos de especialização e habilitação poderiam ser ministrados pelos Institutos de Educação para especializar professores do ensino primário, ensino supletivo, desenho, artes e musica.

O Ensino Normal colocava as disciplina especifica para formação do profissional no último ano do curso, o que comprometia essa formação, pois os alunos do curso não tinham o tempo hábil para articular essas disciplinas.

Como podemos averiguar durante a história entre reformas e emendas na educação, foram varias tentativa para colocar a educação para o povo, ou seja, educação popular, porém a sociedade política, tende sempre a satisfazer os grupos dominantes.

Analisando todas as reformas educacionais que aconteceram durante a história da educação, pode-se dizer que o programa (PNAIC nada mais é do que mais uma reforma educacional para evitar o fracasso escolar, evasão escolar e o analfabetismo funcional).

1.2. PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA;

Como já afirmamos anteriormente, é possível observr que muitas crianças concluem o Ensino Fundamental sem estarem plenamente alfabetizadas. Frente a isso, a proposta do pacto é que crianças sejam alfabetizadas ao final do ciclo I, para isso é necessário que haja uma força em comum entre os profissionais da educação, e uma ação integrada entre professores, pedagogos e agentes educadores. Nesse sentido, um dos eixos do pacto é a formação continuada dos professores que atuam com a alfabetização.

Assim, há a obrigatoriedade de participação dos professores que fazem parte do ciclo I sendo o primeiro, segundo e terceiro ano. A questão aqui a ser discutida é, cabe ao professor à responsabilidade do êxito ou fracasso escolar? Um curso elaborado para professores do Brasil todo tendo como método único, seria uma receita de sucesso? A essa modalidade baseada em ciclos, caberia nos municípios em que ainda ha seriação?

O professor tem o desafio de proporcionar a construção do conhecimento do aluno, cabe a esse professor a conscientização de uma capacitação consistente, e atuante nas práticas sociais, sendo o professor que irá trazer a construção do saber mais próxima da realidade do aluno, e assim o indivíduo amplia sua visão de mundo e compreensão da realidade.

Deparamo-nos hoje com muitos problemas na educação, o principal é profissional não capacitado para lidar com as novas demandas culturais, tecnológica e social e assim levando ao desencontro na sua prática pedagógica e ao desinteresse do aluno pela sala de aula. O educador tem a necessidade de rever seus conceitos e promover uma mudança para as atuais necessidades da realidade em si, para que ele não se restrinja a tempo e espaços pedagógicos. O educador procura uma educação de qualidade, libertadora e que não seja tradicionalista onde dê ao indivíduo a liberdade de trilhar o caminho que possa aprimorar a construção do seu conhecimento.

O PNAIC propõe que os alunos tenham uma escola de qualidade e gratuita, como já foi proposto antes, a formação de professores que tem sido ofertado aos Professores da Redes Municipais, tem como base a reflexão do próprio professor sobre sua prática, e concepções que o educador tem sobre o desenvolvimento da alfabetização, e assim coloca-se a responsabilidade do desenvolvimento na aprendizagem sobre esse educador, não podemos esquecer que a vários fatores que dificultam essa ponte entre aprendizagem. O grande desafio do educador é formar sujeitos capazes de se situarem no mundo e capazes de partilharem responsabilidades, isso faz com que o professor caminhe além das tarefas especializadas de mediador da construção do conhecimento, e assim transformar o outro em agente capaz de interagir, produzir e criar.

O fato é que com tantas reformas na educação durante tantos anos na Educação Brasileira, qual é o papel do PNAIC na Educação? Quais as estratégias para a melhoria da Educação Brasileira?

A discussão proposta pelo PNAIC, que envolve a prática do professor e que se propõe a ouvir o educador que está no cotidiano de uma sala de aula, vivenciando as dificuldades enfrentadas pelos alunos, no seu contexto político, econômico e social. Cabe ao professor participar ativamente nas discussões sobre a melhoria da Educação num país onde sempre se procurou satisfazer as classes dominantes, onde a educação popular muitas vezes fica no discurso de quem

poderia mudar a história da educação brasileira, espera-se que o professor que é um agente ativo do saber, tendo a oportunidade de debater sobre temas tão importantes na educação brasileira possa expor com muita competência a realidade do seu aluno.

As ações estabelecidas pelo Pacto exigem estratégias que envolvam todos os setores relacionados à Educação, uma tarefa complexa, pois envolve uma equipe de gestão, e equipe que tratem de trabalhos mais específicos, como planejar as ações e estratégias que levem ao êxito.

A responsabilidade de planejar as ações didáticas e elaboração de planos gerais de ação do ano letivo é do professor, porém é necessário uma equipe de apoio para orientação, nesse sentido deve haver uma colaboração da equipe de gestão escolar, no meu entendimento o curso ofertado aos professores pelo Pacto deve se estender a toda equipe da escola, que seja discutida em reuniões os planejamentos e propostas curriculares.

A alfabetização é uma parte constituinte da prática da leitura e escrita, e deveria ser ensinada de maneira sistemática, e não diluída no processo de letramento, por estarmos participando dessa luta às vezes não temos a visão clara da perda de especificação da alfabetização.

Segundo uma organização do tempo da escola, que consiste na divisão em ciclos, trazendo junto à questão da progressão continuada, a concepção de alfabetização está associada ao construtivismo, isso talvez tenha relação com a perda da especificidade da alfabetização, o processo de construção da escrita pela criança passa a ser feito pela interação com o objeto de conhecimento, e assim uma integração com a escrita, o aluno vai construindo o conhecimento e hipótese sobre ele o ler e escrever é uma descoberta progressiva.

Porém, junto com isso também veio que não haveria uma necessidade de método de alfabetização, e criou-se no meio disso termos que seriam proibidos para a alfabetização como: método fônico, método silábico, método global. O fato de se ter 3 anos para alfabetização faz com que tenhamos mais rigor ao planejar para chegarmos ao objetivo final “Alfabetização”.

Segundo Magda Soares (2003) havia um método, mas não uma teoria, hoje acontece o contrário, todos têm uma bela teoria construtivista da alfabetização, mas não têm método. É preciso ter as duas coisas: um fundamento numa teoria e uma teoria que produza um método.

Há uma ideia errônea de que se adotar uma teoria construtivista, não se pode ter método, como se os dois juntos fossem incompatíveis, havendo o objetivo de alfabetizar o professor terá que traçar um caminho, e contar com acidentes de percurso, há a necessidade do planejar, método de ensino, e retomada de conteúdo e estratégias para atingir o objetivo.

Para Magda Soares (2003) não basta que o aluno esteja convivendo com muito material escrito, é preciso orientá-lo sistemática e progressivamente para que possa se apropriar do sistema da escrita e isso é feito junto com o letramento.

Ao acompanhar os testes SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública), SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e outros, o fracasso escolar é falta de orientação sistemática da criança para se apropriar do sistema de escrita.

Conforme Soares (2003, p 8), podemos entender alfabetização como processo decifrativo do código na leitura e o composicional do código da escrita, já o letramento como estado ou condição de quem não só sabe ler e escrever, mas exercer as práticas sociais de leitura e de escrita que circulam na sociedade em que vive, conjugando-as com as práticas sociais de interação oral. De acordo com documento do MEC, a alfabetização “só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e escrita, e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita.” (MEC/SEB. 2008 p.).

Conforme M.G Feldemann (1999), formar professores com qualidade social e compromisso político de transformação tem se mostrado um grande desafio às pessoas que compreendem a educação como um bem universal, como espaço público, como um direito humano e social na construção da identidade e no exercício de cidadania.

Casassus (2002) nos mostra, por meio de suas análises, que na América Latina a escola faz a diferença na redução de processos de desigualdade produzidos fora dela, e que pode levar á equidade, se esses processos forem conduzidos de maneira adequada para sua redução.

2. Capítulo II – VISÃO DAS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PNAIC.

A pesquisa realizada através de um questionário onde os professores deveriam falar um pouco sobre si e também sobre o curso do PNAIC, foi distribuída 20 questionários para professores das redes municipais de Curitiba, Araucária, e São José dos Pinhais. Apenas seis professores entregaram a pesquisa. A pesquisa foi aplicada no mês de novembro, percebi que os professores estavam cansados talvez seja um dos motivos de ter um número tão pequeno de retorno das pesquisas.

As perguntas elaboradas para a pesquisa foram:

- 1) Porque você participou desse curso?
- 2) O que você aprendeu com o PNAIC?
- 3) Conseguiu desenvolver atividades com os alunos de acordo com as indicações do PNAIC, sem serem as sugeridas pelas orientadoras?
- 4) Você já cursou outros cursos na área da Alfabetização? Quais?
- 5) Qual sua avaliação sobre o PNAIC?
- 6) Em seu município o ensino é por meio de ciclo de aprendizagem ou seriação?
- 7) Quais suas considerações finais sobre o PNAIC?

Na primeira pergunta três professoras responderam que só fizeram o curso por ser obrigatório para quem trabalha com o ciclo I, e que se motivou pela bolsa que o governo oferta mensalmente.

E três professoras colocaram que gostariam de ampliar seus conhecimentos na área de alfabetização, e que esperavam alguma novidade através desse curso.

Para segunda pergunta três professoras responderam que trabalhar com sequência didática foi uma novidade para elas, e que conseguiram “aprender” a usar a sequência didática como um recurso.

Uma das professoras colocou que aprendeu formas diferentes de trabalhar com os alunos, uma vez que nem todos aprendem do mesmo jeito, disse também que o planejamento ficou mais contextualizado.

A quinta professora colocou que aprendeu novas maneiras de trabalhar a alfabetização e letramento na parte teórica.

A sexta por fim disse que aprendeu a respeitar as diferenças, ritmos e dificuldades dos alunos, trabalhando-as de forma diversificada e diferenciada, focando a necessidade de cada um.

Para a pergunta de número 3 todas responderam que conseguiram desenvolver atividades com os alunos nos moldes de sequência didática, sem serem as atividades sugeridas pelo curso.

Na pergunta seguinte de número 4 todas as professoras responderam que já cursaram outros cursos de Alfabetização, 5 professoras citaram os cursos de Cadernos Pedagógicos e Pró-letramento oferecidos pela Prefeitura Municipal de Curitiba. A sexta professora cursou Alfabetização: uma reflexão ainda necessária; Alfabetização na 2º série; Alfabetização Princípios Básicos.

Na pergunta número 5, 5 professoras consideram o PNAIC um bom curso, pois modificou as práticas pedagógicas por elas exercidas. A sexta professora considerou um bom curso, pois trouxe outra maneira de trabalhar os conteúdos, e a teoria do curso lhe fez lembrar da sua faculdade.

Dos questionários devolvidos, cinco deles eram do Município de Curitiba, onde o ensino é por meio de ciclos. Houve uma pesquisa onde a professora trabalha no Município de São José dos Pinhais, e o ensino é por e Sérição, essa professora comentou que como esse curso está mais direcionado para o ensino de Ciclos, disse que não vê muito avanço, pois a criança no Ciclo de Aprendizagem tem três anos para ser alfabetizada, e no ensino Sériado ela tem que ser alfabetizada durante aquele ano e ainda tem a retenção.

Nas considerações finais apenas uma professora não preencheu, das que preencheram 2 consideraram que a bolsa de estudos ofertada pelo curso é de valor baixo. Duas professoras disseram que o horário é cansativo e que deveria ser nos dias de permanência e durante o dia. E uma das professoras pesquisadas comentou que há muita cobrança com tarefas dentro de sala a serem aplicadas, e que muita coisa teria que ser revista pelos organizadores do curso.

3. CONCLUSÃO

Sou professora alfabetizadora da rede Municipal de Curitiba, e tenho alguns anos de formação de magistério, trabalho no ciclo I desde que tomei posse do meu cargo na prefeitura de Curitiba, sendo assim me considero uma alfabetizadora. Sou participante do curso de formação continuada pelo Pacto Nacional De Alfabetização na Idade Certa (PÂNICA). O curso funciona com aulas quinzenais à noite, com a presença de uma tutora orientadora, durante o curso é dada tarefas a serem aplicadas em sala de aula, na maioria das vezes o que é apresentado é uma sequência didática com relação algum livro do acervo distribuído pelo Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). No início foi apresentado várias sequências didáticas, já prontas, e a nós cabia à aplicação da mesma em sala. Depois de certo tempo, foi nos proposto do desafio de preparar sequências, aplicá-las e mostrar os resultados.

Em relação ao momento de estudo teórico, pudemos conhecer autores que falavam sobre alfabetização e letramento, o desenvolvimento da comunicação oral, a leitura com compreensão e o domínio da escrita.

O curso propõe que os professores tenham um envolvimento maior com sua prática e um repensar sobre a mesma, e oportuniza que as professoras tenham essa troca de experiência dentro do curso.

Porém segundo Magda Soares a alfabetização perdeu sua especificidade, pois a alfabetização deveria ser ensinada de maneira sistemática, e não diluir no processo de letramento. O que nos leva a pensar que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, venha com essa ideia de resgate da especificidade da alfabetização, pois vemos que há uma falha no domínio da leitura e escrita dos alunos. Para que haja apropriação do sistema de escrita não basta que a criança esteja convivendo com muito material escrito, é necessário uma orientação sistemática e progressiva, o que é integrado com o letramento.

A tendência do pacto é recuperar a especificidade da alfabetização, e orientar as crianças na construção das relações fonema/grafema. E assim conforme Magda Soares a criança tem que aprender a técnica (decodificar) e aprender usar isso nas práticas sociais, as mais variadas, que exija o uso da técnica, são processos simultâneos e interdependentes, são indissociáveis, e diferentes em

termos cognitivos, e são diferentes os processos de alfabetização e letramento, o que significa que a alfabetização, é aprendizagem da técnica o domínio convencional da leitura, da escrita e das relações fonemas/grafema. (Soares 2003). E o letramento é, pois o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais.

Leva-se a acreditar que o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa deseja buscar mais qualidade na alfabetização, o que se vem buscando há muito tempo na História do Brasil, pois há freqüentes pesquisa sobre a qualidade da Alfabetização, qualidade que é analisada através dos resultados do processo escolar, o que é avaliado é o desempenho do aluno diante da leitura e escrita, e também é levado em conta o número de evasão escolar.

O devemos é discutir essa qualidade na Alfabetização com os profissionais do Ciclo I, para que com a realidade que cada profissional conhece na sua sala de aula.

O objetivo dessa pesquisa foi entender o que as professora alfabetizadoras pensam sobre esse curso, a minha pesquisa teve mais resultado de forma verbal do que escrita, conversando com colegas de curso pude apurar que a bolsa de estudos ofertada mensalmente foi de grande motivação para elas, no entanto notei que em algumas havia a esperança de mudança e em outras mais antigas na rede municipal de ensino a insegurança do novo, pois no discurso delas: “estou alfabetizando há 30 anos dessa maneira e deu certo, agora querem que mudemos nossa forma de ensinar acho que desse jeito não vai dar certo”, nesse tipo de discurso o qual eu ouvi de muitas professoras que sempre usaram a silabação e família silábica não se conformam com essa mudança na alfabetização, senti essa resistência em professoras que já estão quase se aposentando, mas também percebi o esforço delas para cumprir as tarefas exigidas pelo curso, assim como a confecção dos materiais que usávamos para jogos em sala de aula.

Porém acredito que o curso deveria rever as receitas de sequências didáticas prontas, ficava claro isso quando eram dadas as tarefas para serem aplicadas em sala de aula pelas cursistas, toda a escola dava a mesma sequência didática, o que caracterizava um molde pronto de se dar aula, inclusive com os mesmos temas de textos ou livros, nós sabemos que não existe receita prontas e

que o professor constrói seu método e deve haver um respeito em torno disso com uma maior discussão sobre a prática de cada professor em sala.

O público alvo dessa formação são os profissionais da educação que atuam no ciclo I, regentes e corregentes, deixando de lado a participação da equipe pedagógica da escola, porém é de suma importância que os mesmos participem desse momento de formação, para que possam ajudar no suporte aos professores alfabetizadores, pois dentro e fora de sala de aula a equipe pedagógica faz a diferença em relação ao conteúdo, métodos, técnicas e alunos. Não faz sentido o professor participar de um curso com essa dimensão e na escola outros profissionais não terem a mesma base e na pior das hipóteses, não saber do que o professor está falando.

Ressalta-se que a escola não é construída só pelo professor e pelo aluno, deve haver uma grande conscientização de que a participação de todos permite maior coerência no planejamento, na construção de uma melhor escola que priorize do direito de aprender à promoção do saber.

Todos os recursos não são garantia da promoção do saber e da equidade. Equidade não é igualdade de direitos. O estado é responsável em assegurar políticas públicas para assegurar o direito à educação.

A qualidade de ensino é direito de todos e ninguém deve ser privado deste direito. Oferecer uma escola de qualidade para todos, mas que garante à aprendizagem, o acesso, a equalização tendo a participação de todos.

Uma boa escola deve oferecer a cada aluno o que for necessário para sua autonomia social, adotando o sistema equidade, levando em consideração a heterogeneidade sociocultural e econômica, assim como qualquer diferença individual oferecendo condições de avanços e apropriação do saber a todos, o professor apesar de não medir seus esforços para garantir aos seus alunos a aprendizagem, não pode e nem deve andar sozinho nesse caminho, e nem ser responsabilizado pelo fracasso de seus alunos, todos devem abraçar essa causa, sendo ela a educação de qualidade.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL: MEC\SEB **Pro-letramento Alfabetização e Linguagem**. Brasília: 2008.
- BRASIL: MEC\SEB. **Currículo Na Alfabetização: Concepções e Princípios**. Brasília: 2012
- BRASIL. MEC/SEB. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa** 2012.
- CASASSUS Juan, **A Escola e a desigualdade**. Brasília: Plano\INEP, 2002.
- FELDMAN Graziela Marina, **Formação de professores e escola na contemporaneidade**. São Paulo: Editora SENAC, 2009; p. 79, 80).
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKI. Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.
- OLIVEIRA, Ana Cristina Baptistella de. **Qual a sua Formação, Professor ?** Ed. Papirus 1994 Campinas, SP.
- PIMENTA, Selma Garrido(ORG.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 2.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2000.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e prática** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 22. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. Ed Contexto São Paulo 2011 BR
- SOARES, Magda. **Linguagem e Escola: Uma Perspectiva Social**. 11. Ed. São Paulo: Ática, 2003
- VÁSQUES Sánches Adolfo. **Filosofia da Práxis**. Paz e Terra 1968.
- SOUZA, A. N. . **SOU PROFESSOR , SIM SENHOR**. CAMPINAS: PAPIRUS, 1996. 235p .

